





provenientes da energia faturada em relação à energia despachada são reconhecidas como provisão e descontadas subsequentemente no exercício seguinte e quadriênio. **Composição:** A reconciliação entre as vendas brutas e a receita líquida é como segue:

	31/12/2023	31/12/2022
<b>Receita líquida</b>		
Receita com energia	25.686	23.916
(-) Provisão de ressarcimento	(6.230)	(3.400)
(-) Impostos sobre vendas	(710)	(749)
(-) Taxa de fiscalização dos serviços de energia elétrica – TFSEE	(110)	(69)
	<b>18.636</b>	<b>19.668</b>
<b>16. Custo do serviço de energia elétrica:</b>		
Energia elétrica comprada para revenda	31/12/2023	31/12/2022
Encargos de uso do sistema de conexão e transmissão	(7)	(4)
Custo de operação (a)	(939)	(881)
	<b>(8.810)</b>	<b>(8.339)</b>
	<b>(8.756)</b>	<b>(8.224)</b>
<b>(a) Custo de operação</b>		
Pessoal	31/12/2023	31/12/2022
Manutenções	(437)	(319)
Materiais e serviços de terceiros	(121)	(162)
Depreciações e amortizações	(3.044)	(2.728)
	<b>(5.208)</b>	<b>(5.130)</b>
	<b>(8.810)</b>	<b>(8.339)</b>
<b>17. Despesas gerais e administrativas e outros ganhos (perdas), líquidos</b>		
Serviços de terceiros	31/12/2023	31/12/2022
Aluguéis	(308)	(469)
Seguros	(11)	(3)
Comunicações	(317)	(238)
Viagens	(13)	(40)
Despesas Tributárias	(15)	(14)
Projetos sociais	(6)	(9)
Outras despesas operacionais	(112)	(16)
Outros ganhos (perdas), líquidos (i)	(203)	(96)
Despesas compartilhadas	(1.051)	2.051
	<b>(755)</b>	<b>(729)</b>
	<b>(2.791)</b>	<b>438</b>

O saldo da rubrica é composto substancialmente por baixas de ativo imobilizado. Em 31 de dezembro de 2022 a Companhia apresentou um ganho em razão de acordo de processo arbitral e reconheceu o montante de R\$ 2.219 relativo à indenização a título de perdas e danos. 18.

**Resultado financeiro: Política contábil: Receitas (despesas) financeiras:** As receitas financeiras sobre aplicações financeiras são reconhecidas usando a taxa de juros de mercado por período. Os juros são tratados como incorporados às aplicações financeiras, em contrapartida das receitas financeiras. As despesas financeiras sobre cessão de recebíveis são reconhecidas conforme previsto contratuamente. As demais despesas financeiras compreendem preponderantemente os valores de atualizações financeiras.

**Composição**

	31/12/2023	31/12/2022
<b>Receitas financeiras</b>		
Receitas de aplicações financeiras	1.690	491
	1.690	491
<b>Despesas financeiras</b>		
Despesa financeira cessão de recebíveis (nota 9)	(4.721)	(6.525)
Atualização financeira de desmobilização	(99)	(143)
Atualização financeira de ressaqueamento (1)	(809)	(843)
Outras despesas financeiras	(30)	(111)
	(5.719)	(7.626)
	(4.029)	(7.135)

**Resultado financeiro**

**(1) Atualização financeira:** a provisão do ressaqueamento está apresentada líquida dos efeitos fiscais decorrentes da **Política de renda e contribuição social** (ver Apresentação da Informação Financeira).

As despesas de renda e contribuição social do exercício compreendem os impostos correntes e diferidos. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Os encargos de imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos são calculados com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas apurações de impostos sobre a renda com relação às disposições da legislação fiscal aplicável e atualiza a mesma a cada período de avaliação. As provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais. O imposto de renda e a contribuição social corrente são apresentados líquidos, por natureza contributiva, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando não houver montantes a pagar excedem o total devido na data do relatório. O imposto de renda e a contribuição social na Companhia são apurados com base no regime de tributação do lucro corrente. Com base nesse regime, o lucro tributável corresponde à 8% de receita de

	31/12/2023	31/12/2022
<b>Receita com energia</b>	<b>17.455</b>	<b>23.916</b>
Receita de energia	25.580	23.747
Desconto concedido	(8.231)	-
Provisão de receita de energia	106	169
<b>Provisão de ressarcimento</b>	<b>2.001</b>	<b>(3.400)</b>
Provisão de ressarcimento	(6.230)	(3.400)
Desconto concedido	9.231	-
<b>Receita Gerada</b>	<b>19.456</b>	<b>20.516</b>
Receitas financeiras	1.650	491
Outras receitas	(189)	(41)
<b>Bases de cálculo</b>	<b>Receitas</b>	<b>Receitas</b>
IRPJ	3.077	2.387
Adicional IRPJ	2.837	2.147
CSLL	3.771	3.337
<b>Provisões</b>		
IRPJ	169	(258)
CSLL	253	(388)
<b>Cálculo dos impostos</b>		
<b>Receitas</b>	<b>(1.086)</b>	<b>(874)</b>
IRPJ – 15%	(463)	(359)
IRPJ adicional – 10%	(284)	(215)
CSLL – 9%	(339)	(300)
<b>Provisões</b>	<b>30</b>	<b>100</b>
IRPJ – 15%	(39)	39
IRPJ adicional – 10%	(17)	26
CSLL – 9%	(23)	35
Ajustes atualização despacho nº 2.303/2019	(95)	(87)
<b>Corrente</b>	<b>(1.086)</b>	<b>(874)</b>
<b>Diferido</b>	<b>30</b>	<b>100</b>
<b>Despesa IRPJ e CSLL - lucro presumido</b>	<b>(1.056)</b>	<b>(774)</b>

20. Compromissos:	Até 1 ano	Entre 2 e 5 anos	Acima de 5 anos	Total
Arendamento de terrenos (I)	107	1.371	7.927	9.405
Contrato de manutenção GE (II)	2.051	1.412	-	3.463
Contrato de manutenção de rede elétrica (III)	1.044	-	8.391	9.435
Comissão de fiança (IV)	85	341	289	715
<b>Total</b>	<b>3.287</b>	<b>10.143</b>	<b>16.606</b>	<b>30.036</b>

(I) **Arendamento de terrenos:** Contratos firmados com os proprietários das terras onde o parque eólico está instalado e preveem prazos de duração variáveis. Alguns contratos de arrendamento contêm cláusulas de pagamentos variáveis ligados taxativamente. Tais condições são específicas do setor. Os pagamentos de arrendamentos variáveis que dependem do pagamento são reconhecidos no resultado no exercício em que ocorre a condição que dá origem a tais pagamentos. (II) **Contrato de Manutenção:** Contratos de longo prazo firmados com o fabricante da GE para manutenção e reparação de equipamentos elétricos. (III) **Contrato de transmissão:** São os contratos de longo prazo (junto com as empresas de transmissão) para envio da energia gerada em cada parque eólico. (IV) **Comissão de fiança:** Comissão de fiança é cobrada contratualmente para garantia da pagamento da tarifa de transmissão (Contrato para transmissão de energia elétrica) com o proprietário da rede elétrica (a concessionária do Sistema Elétrico com uma vigência anual e o valor garantido é a previsão do valor da tarifa de transmissão para o ano subsequente à data de emissão. O contrapartido para a obrigação de fiança é projetado pela duração do contrato de venda de energia por se tratar de uma obrigação inerente à operação da planta eólica. 21. **Ativo de investimento não envolvendo caixa:** Os ativos de investimento descritas acima não têm impacto direto sobre os fluxos de caixa correntes, muito embora afete a estrutura de capital e de ativos da Companhia. De acordo com o CPC 3 (R2), a exatidão de transações que não envolvem caixa ou equivalentes de caixa, dada a demonstração dos fluxos de caixa é consistente com o objetivo da referida demonstração, visto que tais itens não envolvem fluxos de caixa no período.

**Principais transações que não afetaram o caixa**

	31/12/2023 (R\$ mil)
Aquisição de bens ativo imobilizado	975

**22. Cobertura de seguros:** Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia possuía cobertura de seguro para os seus ativos e equipamentos com valor médio em moeda estrangeira de US\$ 250.000 e o seguro de responsabilidade civil com limite máximo de indenização de R\$ 50.000. Cabe salientar que as apólices dos respectivos seguros são compartilhadas com os demais companhias controladas direta e indiretamente pela Control Global do Brasil (holding). Os seguros são contratados com seguradoras de renome internacional e representam valores suficientes para cobrir eventuais perdas (não auditado pela auditoria).

Os Administradores e Acionistas Ventos de Santa Joana XI Energias Renováveis S.A. **Opinão:** Examinamos as demonstrações financeiras da Ventos de Santa Joana XI Energias Renováveis S.A. ("Companhia") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019, o balanço de resultados, o balanço de alterações no patrimônio líquido e o balanço de caixa, e os fluxos de caixa, e os dados estatísticos do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como os correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia, de acordo com as práticas contábeis em vigor no Brasil, e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, são descritas no Anexo 1. Nossa opinião da auditoria das demonstrações financeiras. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que não há uma restrição material à nossa opinião. **Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional:** Chamamos a atenção para a Nota 1.2 às demonstrações financeiras, que descreve que a Companhia apresenta excesso de passivos sobre ativos circulantes no encerramento do exercício no balanço patrimonial. A Companhia não possui dívidas em curto prazo, exceto as dívidas de longo prazo de capital da sua controladora Chapada do Piauí J Holding S.A., sendo que, esses

eventuais apóstatas estão condicionados à melhora da situação financeira da Companhia, o que não atinge os índices descritos nas cláusulas restritivas (covenants) dos seus contratos de dívida com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e com o Banco de Fomento Nacional do México. Assim, não há qualquer garantia de que a Companhia não incorra em dificuldades financeiras que possam levar a uma situação de insolvência, o que indicaria a existência de incerteza material sobre a possibilidade de pagar dívida significativa sobre o prazo de validade da garantia. Portanto, não há qualquer garantia de continuidade operacional. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

**Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor:** A administração da Companhia é responsável por essas outras informações, incluindo o Relatório de Administração e o Relatório de Gestão. A auditoria das demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, não expressamos opinião sobre a validade ou a confiabilidade das informações das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, identificar quaisquer inconsistências evidentes entre as demonstrações financeiras ou as informações das demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparente estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção das demonstrações financeiras, não expressamos opinião sobre a validade ou a confiabilidade das informações das demonstrações financeiras relevantes no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos a obrigação de investigar a responsabilidade da administração e da governança pelas informações contidas no Relatório da Administração. Nossa responsabilidade é a de avaliar se há uma adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente de qualquer conclusão que possa ser alcançada em relação à validade ou à confiabilidade das informações contidas no Relatório da Administração e à responsabilidade pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando o

quase sempre, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessas informações na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista disponível para evitar tais resultados. Portanto, a responsabilidade de assegurar a veracidade da informação contábil e financeira da Companhia não cabe apenas à administração da Companhia, mas também à supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, seja por erro ou fraude. A segurança razoável é um nível de certeza que é muito maior do que a segurança razoável em nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria detectará de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectará as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de erros ou fraudes. As fraudes podem envolver o uso de meios ilícitos para, em conjunto, possivelmente influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria razoável de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, examinamos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Embora não possamos garantir que detectaremos todas as fraudes, a fraude pode ocorrer e as demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamentos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorções decorrentes de fraude pode ser maior do que o decorrente de distorções decorrentes de erro, pois a fraude pode envolver o uso de burlar os controles internos, conlujo, falsificação, omissão ou

As apresentações feitas intencionalmente. • Obtenho entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias. • Não há com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos de uma entidade, mas sim sobre a razoabilidade das informações contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sem ressalvas a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional. • Não há com o objetivo de expressar uma opinião sobre a adequação da manutenção da atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. • Nossa conclusão está fundamentada nas evidências de auditoria obtidas até a data da conclusão da auditoria e não garante que, no futuro, não ocorrerão eventos que possam fazer com que se mantenha em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamos-nos com os responsáveis pela administração da entidade auditada para obtermos informações e esclarecimentos sobre as demonstrações planejadas e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 27 de maio de 2014

**PricewaterhouseCoopers** **La Marelle Rusique Fonseca**  
Auditores Independentes Ltda. Contador CREA 15291166-0/5  
CSC 25P000167-0-5



Esta publicação foi feita de forma 100% digital pela empresa Diário de Notícias em seu site de notícias.

**AUTENTICIDADE DA PÁGINA.** A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ao lado ou pelo link <https://publicacion.diariodenoticias.com.br/>